



# Anais da Assembléia

N.º 83

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 1983

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores Deputados Gernote Kirinus e Ferrari Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor Deputado Ervin Bonkoski (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. único — Inclua-se ao parágrafo único do art. 74 da Constituição Estadual a seguinte letra "c":

- Art. 74 — .....
- I .....  
II .....  
III .....

Parágrafo único:

- a) .....  
b) .....  
c) a vinte e cinco anos para a servente, que nesse tempo tenha exercido efetivamente funções de limpeza e/ou preparação de merenda escolar.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Apoio: Nelson Vasconcellos, Erondy Silvério, Márcio Almeida, Roberto Requião, Tadeu França, Rubens Bueno, Tércio Albuquerque, Irondi Pugliesi, Trajano Bastos, Nilso Sguarezi, Fiori Luiz, Sérgio Spada, Anibal Khury, Caíto Quinta-

na, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Augusto Carneiro, Luiz Alberto Oliveira, Homero Oguido, Gernote Kirinus, uma ilegível.

### JUSTIFICATIVA:

Através da presente emenda constitucional, pretende-se conferir às zeladoras das escolas públicas pertencentes ao Estado do Paraná a faculdade de se aposentarem aos vinte e cinco anos de serviço.

O trabalho desenvolvido pelas serventes é dos mais penosos: limpeza diária das salas de aula e demais dependências das escolas; aplicação periódica de cera nos pisos, o que é feito manualmente sem ajuda de eletrodoméstico; limpeza periódica de pisos e paredes, também manualmente; preparo diário da merenda escolar, permanecendo horas seguidas em torno de fogões, alguns até improvisados.

O desgaste físico sofrido pelas serventes é tão acentuado que se multiplicam os casos de doenças da coluna que mantêm muitas delas afastadas do trabalho por diversas semanas.

Percorrer as escolas do interior do Paraná implica em conhecer um quadro assustador: mulheres quase inválidas arrastando-se para encerrar, lustrar e lavar pisos de salas de aula. O índice de serventes doentes aumenta e é comum numa escola onde são necessárias cinco ou seis serventes, encontrarmos apenas três trabalhando: umas estão doentes, outras gozam férias e, não raro, outra aguarda aposentadoria.

Assim, é justo que se confira a essas abnegadas trabalhadoras o direito de, após 25 anos de efetivo exercício de tão penosa função, aposentarem-se.

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta sessão de um voto de pesar pelo falecimento da senhora TERCÍLIA LOURDES CENTOFANTE, de Manoel Ribas. E que, do presente requerimento, se dê conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI

### JUSTIFICATIVA:

Dona Tercília nasceu em 18/12/30 em Antônio Prado, Rio Grande do Sul. Em 1958, saindo de Querência do Norte, radicou-se em Manoel Ribas. Nessa cidade trabalhou e deu sua vida em favor do nobre ideal de minorar a vida do que sofre.

Mãe dedicada, ajudou a trazer ao mundo centenas de crianças. Trabalhou no Posto Indígena como enfermeira da FUNAI, por quatro anos; desses índios, aos quais serviu com amor, recebeu o nome de "kaingang de fogbang" (Mãe-Grande). Em verdade, uma real mãe grande para aqueles "kaingangs" que, quase esquecidos, lutam para sobreviver num contexto comunitário que não raramente procuram excluí-los.

Por esses motivos, vemos a necessidade de se deixar registrado o trabalho dessa pessoa, que deve servir de exemplo, cada dia mais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam as sessões plenárias das sextas-feiras, realizadas após as respectivas Sessões Ordinárias das quintas-feiras, conforme dis-

põe o art. 1.º da Resolução 37/81, de 16 de setembro de 1981.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(aa) NILSO SQUAREZI  
AMÉLIA HRUSCHKA  
IRONDI PUGLIESI  
SÉRGIO SPADA  
HOMERO OGUIDO  
TÉRCIO ALBUQUERQUE  
CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento de apelo ao senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de determinar a urgente liberação de recursos financeiros para o Município de Rio Negro, atingido violentamente pelas recentes enchentes. Considerando que foram destruídas, por completo, duzentas casas, danificadas outras quatrocentas, desalojando cerca de três mil pessoas, e a necessidade de reconstruir estradas, pontes, bueiros e pontilhões, é imperioso que o Governo do Estado libere os recursos financeiros de que tanto precisa a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento de apelo ao senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido de liberar a importância de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) para a conclusão das obras de construção do Hospital Nossa Senhora das Dores, que tem a administração da Arquidiocese de Curitiba, no Município de Tijucas do Sul. Justo esclarecer que as referidas obras foram iniciadas por iniciativa da comunidade tijucana e contaram com a colaboração do ex-Governador Ney Braga.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de construir um Módulo Policial no Bairro Jardim Alvorada, na cidade de Campo Mourão.

Tendo em vista que a Polícia Militar é uma força de ordem preventiva, no combate à criminalidade e à violência, torna-se imprescindível na cidade referida anteriormente, a mesma para evitar-se destarte, que a violência e a marginalidade sejam presenças predominantes.

Sendo dever do Estado evitar que seus cidadãos sejam lesados pelos que se colocam contrariamente a Lei. Constitui a população do Jardim Alvorada e adjacências cerca de quatro mil moradores que, entre outras atividades, estuda e trabalha, no período da noite em especial.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da im-

plantação do ensino de segundo grau, na cidade de Roncador.

Ratificando pedido já formulado pela Senhora Vanda Bernadete Walk, diretora da Escola Estadual General Carneiro — Ensino de Primeiro Grau, da cidade de Roncador, tal medida se justifica tendo em vista o grande número de alunos que já concluíram o primeiro grau, naquela cidade, desde o ano de 1981.

Atualmente existem cerca de 150 alunos que já concluíram seus estudos de primeiro grau e não têm meios de frequentar ensino de segundo grau, uma vez que somente a C.N.E.C., mantém ensino de segundo grau naquela cidade. Como se trata de uma entidade particular, sendo as mensalidades em torno de Cr\$ 5.500,00, poucos têm condições de acesso à referida escola, levando-se, ainda, em consideração, a dificuldade de empregos na referida cidade, por tratar-se de região essencialmente agrícola.

Cremos que a instalação do ensino de segundo grau, na cidade de Roncador, seria um marco histórico no desenvolvimento cultural daquele progressista município de nosso Estado sequioso de cultura para seus municípios.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, com a finalidade de obtenção através deste órgão de 01 (uma) ambulância com equipamentos adequados, a qual será utilizada em transporte de pessoas doentes, e carentes de atendimento médico-hospitalar, no Município de Mariluz.

Tal solicitação é feita em atendimento ao anseio da população daquele município, fazendo-se necessária haja visto o atendimento, atualmente deficiente, neste setor.

O atendimento de tal solicitação do Município de Mariluz, proporcionará oportunidade do exercício sagrado de salvar vidas preciosas de nossos cidadãos, que às vezes se perdem por falta de veículos equipados adequadamente para esta finalidade.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Bela Vista do Ivaí, no Município de Fênix, é sem sombra de dúvida um dos maiores distritos de todo o nosso Estado, contando atualmente com mais de 4.000 habitantes, esses na sua totalidade agricultores ou trabalhadores na agricultura, fonte de riqueza não só do distrito, mas também do Município de Fênix e todo o Estado. Mas, infelizmente, o distrito populoso como demonstramos não possui ainda infraestrutura no campo da saúde, daí a presente solicitação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício aos Excelentíssimo Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, solicitando o atendimento a pleito formulado em fevereiro do corrente pelo então Secretário da Indústria e do Comércio, relativo à dilação dos prazos globais para amortização de débitos originários de recursos do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, gerido pela EMBRATUR, conforme adiante justifica.

Requer, outrossim, o envio de cópia do presente, aos Presidentes dos Sindicatos de Hotéis e Similares, com sede nas cidades de Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina, bem como aos Prefeitos e Câmaras Municipais das referidas cidades, e ainda à Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Seção do Paraná, à Associação Brasileira de Agentes de Viagens, Seção do Paraná e ainda ao Sindicato de Turismo do Estado do Paraná, bem como ao Presidente da EMBRATUR.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

Em 22-11-81, foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional o Voto n.º 519/81, apresentado pelo Ministro João Camilo Penna, referente à prorrogação do prazo de carência de 36 para 48 meses, sem alteração do prazo global de 120 meses, de contratos de financiamentos concedidos à conta do fundo referido anteriormente, tendo em vista, com essa medida, a minimização de efeitos perversos de uma conjuntura nacional já extremamente prejudicial ao normal desenvolvimento das atividades econômicas do País.

Com essa medida foi possível a um número expressivo de empresas, a partir daquele momento, a obtenção do benefício concedido pelo Conselho Monetário Nacional, junto aos bancos de desenvolvimento repassadores daqueles recursos.

Entretanto, senhores Deputados, fatores novos e decisivos vieram a somar-se, recentemente, aos efeitos já detectados pelo senhor Ministro por ocasião da medida pelo Conselho Monetário Nacional, em 1981; referimo-nos às terríveis enchentes e todas as suas seqüelas, que vieram a ferir profundamente os três Estados do Sul do Brasil, em todos os seus segmentos sociais e econômicos. Um dos setores mais atingidos foi, indubitavelmente, o turístico, já que a atividade se mostra sempre, extremamente sensível a quaisquer alterações, com a natural retração do movimento de turistas para o Extremo-Sul do País, com prejuízos significativos para as empresas que atuam nesse estamento, e que se constituíram ou se ampliaram, em grande parte, com o apoio financeiro da EMBRATUR, após análise de projetos que não poderiam prever de forma alguma toda seqüência de fatores negativos à consecução de suas metas, com reflexos imediatos na área do emprego no setor.

Inspirados, assim, na clara visão de estadista já demonstrada em diferentes ocasiões pelo Excelentíssimo Senhor Ministro João Camilo Penna, solicitamos prioridade à dilação dos prazos globais dos contratos firmados à conta do FUNGETUR de 120 para 144 meses, através das alterações correspondentes aos prazos de carência em todos os financiamentos concedidos em mais 24 meses, independentemente de se encontrarem em período de carência ou amortização, à época da aprovação da medida, que deverá circunscrever-se aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Complementarmente, entendemos como indispensável a alocação de recursos adicionais ao FUNGETUR, com o objetivo de consolidar empreendimentos turísticos que demonstrem necessitar desse estímulo financeiro para o seu normal funcionamento, inclusive à título de saneamento financeiro, quando for o caso, através da substituição, de recursos tomados a custos excessivos e com prazos de liquidação incompatíveis com a nova realidade econômica da região.

Desta forma, senhores Deputados, estamos plenamente convictos que o atendimento a este nosso pleito em muito virá

a contribuir para que o segmento econômico representado pelo turismo venha, o mais rapidamente possível, ocupar o espaço que lhe cabe no desenvolvimento econômico e social do País.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 110/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE", com sede na cidade de Palmeira, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL

#### JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", com sede e foro na cidade de Palmeira - PR, constitui uma sociedade de caráter assistencial, sem intuítos lucrativos e tem como finalidade, promover o bem-estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, promovendo estudos e pesquisas de forma a criar meios para o seu desenvolvimento e integração à sociedade.

Mantém atividades educacionais e assistenciais gratuitas, além de outras atividades que visem sempre beneficiar o excepcional.

Pelo trabalho que vem desenvolvendo junto à comunidade palmeirense e à sociedade paranaense, a Associação em apreço justifica por si, a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Trago hoje um relato sucinto da situação encontrada pela atual administração do Estado, no Instituto de Assistência ao Menor. Ainda há cerca de 10, 15 dias passados, certos órgãos de imprensa do Paraná estampavam reportagens especialmente o jornal "O Estado do Paraná", denunciando a "solerte" no seu dizer, "infiltração subversiva que estaria ocorrendo no IAM do Paraná", sob a gestão do professor Teófilo Bacha Filho.

Na verdade, hoje estão evidentes os motivos dessas reportagens, na verdade as tentativas de desestabilização da nova administração e em particular na área de assistência ao menor, visam acobertar a triste realidade vigente no IAM durante o Governo anterior.

Preocupados com o desmascaramento da sua verdadeira filosofia de trabalho, que se constituía em diretrizes de repressão, clientelismo, subserviência e paternalismo, os Diretores da antiga administração e em especial o Sr. Newton Grein, ex-diretor Presidente do IAM, vinham e continuam articulando o boicote dentro das próprias unidades oficiais do IAM, boicote às novas diretrizes para assistência ao menor, do Governo Richa.

A simples menção de alguns aspectos da situação encontrada em uma única unidade oficial do IAM, a da Escola de Menores de Campo Comprido, gasta para entendermos as apreensões do Sr. Newton Grein, do relatório produzido pela atual administração e diagnóstico da situação existente nessa unidade oficial, nós extraímos os seguintes trechos:

(Lê): "1 — A maioria das oficinas estavam desativadas ou em estado de abandono como sapataria, tornearia, alfaiataria, sendo que na padaria por exemplo, apenas dois alunos trabalhavam; na gráfica, somente três.

Enquanto isso havia nessa própria unidade um número

de alunos além da capacidade limite da escola.

3 — Um expressivo grupo de maiores de 18 anos, sendo que 43, provavelmente, continuavam morando na Escola. Alguns estudando nas escolas privadas às custas do IAM e com uma série de privilégios como televisão privativa e outras vantagens;

4 — Além do Diretor havia funcionários morando irregularmente na área da unidade, no caso a Escola de Campo Comprido. Aliás, esta situação era comum a todas as casas do IAM.

5 — Absoluto descontrole administrativo, especialmente no setor de almoxarifado e despensa.

6 — Há outro relato das próprias palavras do atual Presidente do IAM, professor Teófilo, dizendo: que a base do sistema disciplinar era a repressão. Todo o menor chamado à sua sala apanhava de cinta do diretor ou dos assistentes dos alunos por ele autorizados."

E aí é o que nos cabe indagar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que fazia nas unidades, quais as razões de nas unidades do IAM se encontrarem instrumento de trabalho como esses que a gente recebeu da atual administração e que por testemunho de menores freqüentando ainda a Escola do Menor, e que eram utilizados pela administração anterior, como fator corretivo talvez numa pedagogia prussiana adotada pelo Governo anterior.

É o caso de se perguntar, de se indagar e de se solicitar talvez, que o atual Diretor do IAM compareça a Assembléia Legislativa para detalhar a situação encontrada na entidade que ora ele dirige.

A situação é tão natural, diz o atual Presidente que nas primeiras vezes que lá estive para conversar com alguns alunos sobre as suas atitudes, no momento da saída, foi-me perguntado sempre: o senhor não vai me bater? Como reflexo da rotina com que se entendia essa atividade.

Sr. Presidente, solicito que dê como lido o restante do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e dará como lido o pronunciamento de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Numa época em que a grande angústia nacional é o desenfreado aumento de preços, que já levou a inflação interna a patamares recordes, e continua a marcha célere para a casa dos quinhentos por cento ao ano, preocupa-nos uma outra constatação: o preço da terra.

Como Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização desta Casa de Leis, não podemos deixar que continue passando despercebidamente um fato que, a curto e médio prazos, nos trará conseqüências desastrosas: trata-se da sub-valorização dos imóveis rurais.

A ausência de uma política econômica planejada e estável — que a rigor nunca existiu neste País — desta vez combinada com uma profunda recessão econômica, que desorganiza a produção e torna proibitivos os preços finais da agricultura, certamente trarão dificuldades adicionais ao Paraná e ao Brasil, apesar do inconseqüente e irresponsável otimismo da tecnocracia econômica hoje no Poder Central.

Já no ano passado, os preços médios de vendas de terras no Paraná subiram menos que a inflação, e o fenômeno está se repetindo este ano, quando se registra uma grande oferta de propriedades rurais e retração na procura, forçando lavradores em apuros financeiros a venderem sítios e fazendas por preços que beiram a metade do valor real.

Em 1982, para uma inflação de 99,7%, o valor médio das terras subiu apenas 64% em nosso Estado. Conseqüência da baixa remuneração das atividades agropecuárias, pela falta de

apoio e incentivo do Governo e pela procura pelos compradores potenciais de ganhos mais fáceis no mercado financeiro e não na atividade produtiva, o produtor rural se vê cada vez mais desestimulado em continuar mantendo sua unidade produtiva.

A verdade é que nossa política econômica dá prêmios à intermediação, estimula os ganhos fáceis no mercado de capitais e taxa cada vez mais todos aqueles envolvidos em atividades produtivas. Nosso capitalismo está levando até às últimas conseqüências o endeusamento do fator capital e a punição do fator trabalho.

Vale aqui destacar o depoimento do Presidente da Cooperativa Agropecuária de Goioerê, que denunciou em Londrina a venda de terras pela metade do preço, por lavradores endividados, em função quer da frustração da safra, quer pela política de preço. Isto vem a confirmar a tendência prevista em março último por analistas da Fundação Getúlio Vargas, segundo os quais, os preços das terras na região Sul do País devem este ano ficar novamente bem abaixo da inflação.

Nós, do Sudoeste, sabíamos que a quantidade de imóveis rurais colocados à venda em nossa região é assustadora e impressionante. Os elevados juros, a não contrapartida dos preços, as adversidades climáticas, estão causando a falência das propriedades, em particular as médias e pequenas. Endividado e desiludido, o produtor perde ânimo e vê-se obrigado a abandonar suas terras. O próprio IPARDES tem admitido de forma sistemática a redução constante das pequenas propriedades agrícolas em nosso Estado.

Senhor Presidente, senhores Deputados, urge redimensionar o modelo econômico brasileiro. A especulação tem que ser freada. O ganho sem trabalho não pode continuar a ser estimulado. A sociedade está cometendo autêntico suicídio não premiando de forma sensata o produtor rural, particularmente o pequeno; prova disso é a escalada inflacionária motivada em primeiro lugar por um abastecimento insuficiente de produtos primários.

No limite da tolerância, o produtor rural já está bradando ao Governo: até quando abusará de nosso trabalho e de nossa paciência?

Não por muito tempo, pois os agricultores já estão preferindo vender suas terras, mesmo por preços baixos. E isto, para desgraça do Brasil e dos brasileiros, porque nesta terra aplicar é melhor do que trabalhar.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, senhores Deputados.

Pretendemos reabrir os trabalhos neste semestre, dando continuidade às atividades que estamos desenvolvendo há vários meses sobre a caótica situação dos municípios paranaenses. E, em função do conhecimento que temos de que o "leasing" está representando para grande parte dos pequenos municípios do Paraná verdadeira "asfixia", convertendo-os em estágio rápido para a insolvência total.

Haveremos de reabrir os trabalhos da CPI da Falência dos Municípios convocando o Presidente do Leasing Banestado, o Sr. Secretário de Finanças e o próprio Presidente da FAMEPAR, para que juntamente com os Deputados que integram a CPI da Falência dos Municípios, possamos discutir e tentar encontrar um caminho contra este verdadeiro câncer hoje inserido em plena sustentação vital dos municípios do Paraná, qual seja, o compromisso antecipado. Não apenas por um, dois, mas por quatro, cinco anos, fazendo com que municípios do Paraná se revelem aquilo que hoje estão vivendo, um estágio crônico de calamidade, uma situação absoluta de in-

solvência, que não pode perdurar mais. Mesmo porque não há mais condições, para muitos deles, de sobrevivência normal.

Srs. Deputados, é porque entendemos que o ICM representa a força vital do município, em termos de manutenção, que estamos fixando a tese, a movimentação em torno, até mesmo da inviolabilidade do ICM. Ninguém tem o direito de comprometer o futuro de qualquer comunidade. E o administrador que irresponsavelmente no passado muitas vezes onerou com encargos supérfluos o futuro do seu município, deve realmente ser responsabilizado. E os Governos atuais, que receberam como presente tão anárquica herança, devem ser socorridos, para que juntos possamos encontrar uma situação que vá, pelo menos, responder a grave crise pela qual passam os municípios do Paraná, e em especial os de pequeno porte.

O "Leasing", sem dúvida alguma, tem representado um boicote à vida do municipalismo do Paraná.

Ouvimos atentamente os Deputados que antecederam. Márcio Almeida apresentando os objetos pedagógicos adotados pelo IAM. O material didático pedagógico. O Deputado Caíto Quintana focalizando os descabimentos do capitalismo na forma como está implantado.

A grande verdade é esta. O próprio capitalismo, por si mesmo, por sua incoerência, pelo seu aspecto de relegar sempre as maiorias à uma proscrição, já se condenou. Já provou suficientemente que está cercado de prodridão e de falência. É por esta razão que quando falamos em moratória, quando o PMDB afirma que a única alternativa e não há outra, é o recurso formal, a moratória. Com isto pretende o PMDB apenas demonstrar e enfatizar aquilo que há muito tempo o nosso País já está condenado. Porque há muito que o nosso País está em moratória. Há muito que estamos submissos à condição de mendigantes; porque jamais os produtores brasileiros, jamais os nossos trabalhadores tiveram quaisquer vantagens.

Em nossos ciclos econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. TADEU FRANÇA — A verdade sempre foi esta.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O momento realmente é muito curto para aquilo que gostaríamos de dizer nesta oportunidade. Mas como o horário da Liderança está tomado, faremos uso destes cinco minutos.

O telefone foi inventado e é utilizado para encurtar distâncias. Temos utilizado, nós políticos, nós Deputados, o telefone para conversar entre nós, Deputados; o Deputado e o Prefeito, o Deputado e o Vereador, o Deputado e o seu povo, o Deputado e o Governador... mas temos tido dificuldades, às vezes, para conversar com alguns Secretários do Governo Richa. Isso já está encabulando e muita gente pode pensar talvez, porque o cidadão é um Deputado do PMDB ele é obrigado a curvar-se sempre, diante do seu Partido. Não é de nosso feitio e não faremos.

O Secretário da Indústria e do Comércio, o Chico Simeão, é o tipo do homem que não dá para conversar, pelo menos por telefone. Por três vezes já, num espaço grande, tentei este contato, não que eu quisesse conversar com o Secretário Simeão, que tivesse interesse particular. Mas eu queria, entre outras coisas, ouvir do Secretário Francisco Simeão, denúncias de corrupção, feitas pelo Líder do PDS, contra o Secretário de Estado, do Governo do meu Partido, entre outras coisas. E não consigo falar com esse homem. Não sei se ele está preocupado em não dar explicações, contra a denúncia de corrupção feita pelo PDS neste mesmo plenário, ou se está o Secretário Simeão preocupa-

do com as suas empresas particulares. Sabemos que é um homem poderoso, dono de empresas fortíssimas, muito ricas e que continua no Governo, não sabemos se sendo Secretário, ou se sendo dono das suas empresas. Não sei, diante do que ocorreu hoje, diante da má vontade desse Secretário de Estado, eu não sei, se o Líder do PDS não está com a razão, quando diz que esse Secretário está utilizando o Governo do Estado, em benefício de suas empresas. Não sei não! Não sei se não está com a razão o Líder do PDS. Procurarei saber.

É preciso entender, alguns Secretários, que o Deputado não é boneco, de Secretário de Estado; que o Deputado representa uma gama muito grande, da população. E nós temos no Governo Richa, excepcionais Secretários, que atendem e atendem bem não só os Deputados do PMDB, mas se fosse o caso também, de uma consulta aos próprios Deputados do PDS nesta Casa, que são autênticos políticos, sérios e que cumprem com a sua obrigação.

E digo mais, quando não se consegue falar com o Secretário da Indústria e do Comércio, do Estado do Paraná, consegue-se falar com o Senhor Governador do Estado, com o Sr. José Richa. Como Deputado falei, inúmeras vezes, tratando de assunto de interesse da minha região, falei com o Sr. José Richa, por telefone. Então, quer dizer, um Governador de Estado. Conversava há pouco com o Deputado Fiori Luiz e ele me dizia a mesma coisa: — já conversei com o Governador José Richa, por telefone, um cem número de vezes; mas não se consegue falar com o Secretário de Estado, Nívio Francisco Simeão, e eu lamento profundamente. E não é falta de assessoria não, Deputado Fiori, como Vossa Excelência diz, que a própria assessoria do Secretário é quem diz: ele está despachando; não pode atender, qualquer hora dessas, ele liga.

Esperamos que a coisa mude; esperamos que o Deputado de Governo, que o Deputado do PMDB possa efetivamente cumprir com a sua tarefa e com aquilo que ele prometeu em campanha. Mas só será possível, se os assessores do Sr. José Richa, todos eles, inúmeros são bons, excelentes, eu me refiro, de forma negativa, ao Senhor Francisco Simeão, se eles não nos atenderem, vai ser difícil, realmente, cumprirmos com a nossa missão. Se não atendem a nós, Deputados, que representam o povo, como iriam eles, então, atender o povo? E entendo, Sr. Francisco Simeão, que ele veio, ele está no Governo, não disputando uma eleição, — como um convidado, e pode sair a qualquer momento. Contudo o Deputado desta Casa está aqui porque lutou por votos e por aqui ficará por um espaço de quatro anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador).

(Palmas do plenário) (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em plenário, do Sr. Vereador Nelson Luiz, Líder do PMDB na Câmara Municipal de Piraquara.

Com a palavra, o orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo Federal prepara mais um assalto ao bolso da população. Anuncia-se aumento nos derivados de petróleo. A gasolina deverá ficar entre Cr\$ 410,00 e Cr\$ 454,00 o litro, com aumento de trinta e cinco a cinquenta por cento.

Aliás, o Sr. César Cals se apressou em desmentir o raciocínio; mas César Cals desmentir ou não, é a mesma coisa, ninguém mais confia nesses homens do Governo Federal. Quando alguém desmente, pode esperar que vem chumbo grosso.

O preço da gasolina no Brasil é um dos mais altos do mundo, superado apenas pelo Paraguai, Coreia do Sul, Grécia, Ugurui e Portugal. Sabe-se que a OPEP praticamente congelou

os preços. A PETROBRÁS importava petróleo a 34 dólares o barril, mas desde janeiro vem pagando apenas 29 dólares o barril. Agora vejam o verdadeiro roubo praticado contra a economia popular, com o dólar cotado a Cr\$ 625,00, o barril está custando Cr\$ 18.700,00. Como o barril tem 159 litros e a gasolina é vendida a Cr\$ 303,00 o litro, o Governo fatura Cr\$ 48.000,00 em cada barril. Um negócio da China.

Com esses aumentos constantes e criminosos, o Governo arrecada, com um tal de "imposto disfarçado", aproximadamente seis bilhões de dólares anuais. Esse total é destinado ao financiamento de projetos paranóicos como o Programa Nuclear e o Programa PRÓ-ALCOOL, este dominado por usineiros arquimilionários. Deduz que, com os aumentos do preço de gasolina, caracteriza-se a aplicação da renda dos consumidores em projetos faraônicos e irresponsáveis.

Mais um dado de 1972 a 1979, o preço do petróleo importado aumentou quinhentos e setenta e quatro por cento, mas o preço de venda da gasolina aos nossos consumidores cresceu dois mil e seiscentos e cinco por cento.

E mais como consequência da queda do preço do petróleo dos países membros da OPEP de 34 para 29 dólares o barril, o Brasil passou a exportar gasolina a Cr\$ 87,00. A PETROBRÁS vai exportar este ano o mesmo total do ano passado, isto é, 130 mil barris/dia. O valor das exportações deste ano atinge 355 milhões de dólares.

E o que mais revolta a Nação, entre outras coisas, é que com o aumento dos derivados do petróleo, o aumento incidirá também no gás de cozinha, no óleo diesel, no querosene e por extensão nos gêneros alimentícios, em função do aumento dos fretes.

Mas o mais revoltante de tudo, é que a Nação ou homens que dirigem esta Nação, insensíveis a esse quadro dramático que fatalmente levará o País a uma guerra civil; em Brasília, os puxa-sacos já prepararam uma grande festa para recepcionar o Chefe da Nação, que retorna sexta-feira de Cleveland. Todos nós brasileiros temos o sentimento humanitário. Torcemos pelo sucesso da operação. Afinal, João Baptista Figueiredo é um brasileiro e como tal deve merecer o nosso respeito, muito embora exerça um cargo de forma ilegítima, pois não passou pelo crivo das urnas.

Em Brasília, estão sendo confeccionados 100 mil plásticos, milhares de camisetas com coração de João, faixas, bandeirinhas etc.. As escolas deverão liberar as crianças para a recepção, elas deverão comparecer uniformizadas, com bandeirinhas e camisetas. O comércio de Brasília também deverá dispensar os empregados, o mesmo acontecendo com órgãos públicos.

Não estamos condenando o ato de recepção em si, que deve ir acompanhado de calor humano, de emoção e de alegria, condenamos a irresponsabilidade dos puxa-sacos de Brasília, que agem de forma inconseqüente.

Os idealizadores de tal recepção ao Presidente Figueiredo, certamente, desconhecem a realidade deste País que vive momentos de convulsão social, pelo desemprego, pela inflação, pela fome, pela miséria, pela mortalidade infantil, é hora de parar de brincadeiras neste País. A irresponsabilidade, Sr. Presidente, tem limites.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero trazer ao conhecimento de toda Casa, um comunicado que acabo de receber do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que por sua vez recebeu do Con-

selho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, a notícia de que foi concedida a liminar ao mandado de segurança que os conselhos federais reguladores do exercício profissional impetraram contra o artigo 4 da Lei n.º 6.994/82, do Governo Federal.

Para recordar, quero lembrar que nós ocupamos a tribuna desta Casa numa determinada oportunidade para mostrar que o Governo Federal num atentado à Federação brasileira legislou no sentido de determinar aos múltiplos conselhos federais a que encaminhassem ao Ministério do Trabalho os saldos financeiros de seus respectivos exercícios num atentado total e violento contra essas instituições e, numa demonstração do desejo de carrear para os cofres públicos federais todos os recursos financeiros de que as entidades localizadas dos Estados brasileiros conseguem arrecadar no cumprimento de suas tarefas.

Aqui esta Casa aprovou, inclusive, proposições de nossa autoria sugerindo às Bancadas do PMDB, do PDS e demais Partidos da Câmara Federal, a apresentação de projeto de lei revogando esse artigo 4 da Lei n.º 6.994/82. E por outro lado, havíamos também, conseguido aprovação desta Casa, numa proposição no sentido de que as coordenações das bancadas dos dois Partidos, do PDS e do PMDB, articularassem medidas no sentido de que o Governo Federal sustasse a aplicação do artigo 4 da lei que acabo de me referir.

Ao mesmo tempo em que essas providências aqui eram tomadas, os conselhos federais que regulam e controlam o exercício profissional encaminharam um Mandado de Segurança. E este Mandado de Segurança, acabo de tomar conhecimento através deste ofício que está em minhas mãos, de que ele foi, a sua liminar, foi concedida e, espero, conseqüentemente, que em definitivo este assunto seja resolvido, para que este atentado que o artigo 4 da Lei n.º 6.994/82 ocasiona, seja de uma vez por todas resolvido para que os conselhos regionais possam efetivamente administrar como é da própria organização destas instituições possam organizar a sua atuação sem depender de carrear para os cofres do Governo Federal os recursos que arrecadam de seus associados.

Essa era a comunicação que eu queria fazer à Casa, nesta oportunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado José Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ FONSECA — Senhor Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "CARTA DO COLONO  
Senhor Governador José Richa.

Já se disse que nós, colonos, brasileiros e principalmente os do Paraná, somos uma "espécie em extinção".

De fato, de 1970 a 1980, 100.000 propriedades agrícolas, ou seja mais de vinte por cento das propriedades agrícolas do Paraná desapareceram. De 80 para cá, o quadro mudou. A cada ano, mais agricultores sem terra. E estes estão se juntando milhares e milhares de filhos de agricultores, que não têm nenhuma possibilidade de adquirir a sua terra. Os "SEM TERRA" podem ser vistos em todo o Estado, hoje. Na cidade e no campo, perambulando sem destino e quase sem esperança, a cata de um novo arrendamento, que já não existe mais.

Os que ainda tem terra, também já se dão conta de que, se não houver mudanças profundas e urgentes, mais dia menos dia, estarão na mesma situação.

Mas o que deve mudar? Será que somos nós? A cada ano que passa, temos que trabalhar mais para sobreviver.

Sr. Governador, chegou a hora de dizermos a verdade. O que está acabando com o pequeno e o médio agricultor, é a exploração. Somos explorados em tudo. Naquilo que compramos, naquilo que produzimos, nos financiamentos, nos descon-



contos que são aplicados, quando vendemos nossos produtos. Estamos sendo roubados na frente de nossos olhos, sem podermos reagir. Através da palavra "livre iniciativa" se pratica abertamente a livre exploração. É esta exploração que está acabando com os colonos. Enquanto não for feito algo para controlar os preços, nossa situação não vai mudar. Sabemos que o Sr. está fazendo um governo sério, por isso nos animamos a falar com clareza. Sabemos também, que seu governo tem SECRETÁRIOS realmente preocupados com o colono, como é caso de CLAUS GERMER, ANTENOR BONFIM, DENI SCHWARTZ, ORÁCIO RANCONELO e NELTON FRIEDRICH, que representam, para nós, uma grande esperança.

Encorajados assim, resolvemos discutir entre nós e encaminhar ao seu governo nossa maneira de pensar e ao mesmo tempo reivindicar medidas que podem ajudar a controlar esta situação de calamidade em que nos encontramos.

**QUANTO À SUINOCULTURA**, atualmente pagamos para produzir. No começo deste mês, o preço de custo de 1 kg de suínos estava em Cr\$ 300,00. As empresas compradoras pagavam na nossa região no máximo Cr\$ 260,00 o kg. Em outras regiões, como no Sudoeste e Santa Catarina, estavam pagando até Cr\$ 310,00 o kg. Nos preços da ração o quadro não muda. Por isso, nós concluímos que para podermos continuar a criar suínos precisam ser tomadas as seguintes medidas:

- 1 — tabelar os preços dos suínos, insumos e produtos dos suínos;
- 2 — dar incentivos aos pequenos criadores de suínos;
- 3 — cortar definitivamente todos créditos bancários aos criadores mais de 30 matrizes;
- 4 — garantir um lucro de trinta por cento sobre o custo de produção para os pequenos produtores.

**QUANTO AO LITE** reivindicamos:

- 1 — uma fiscalização severa nos postos de recepção para coibir a classificação indevida de leite ácido, excesso e extra-quotas;
- 2 — tabelamento dos preços dos insumos, como ração, remédios etc.;
- 3 — preços tabelados mais justos para o leite a nível do produtor.

**QUANTO AO TRIGO**:

- 1 — que sejam intensificados os estudos e experiências para a obtenção de variedades mais adaptadas ao clima de nossa região;
- 2 — que a recepção do trigo seja acompanhada de perto pelos técnicos da Secretaria da Agricultura para não permitir descontos exagerados;
- 3 — que sejam tabelados os preços de sementes, adubos, defensivos e outros insumos;
- 4 — que seja liberada a compra da produção de trigo a todas as empresas cerealistas.

**QUANTO AO FUMO**:

- 1 — que a recepção do fumo seja acompanhada pela Secretaria da Agricultura para evitar abusos na classificação;
- 2 — que a Secretaria da Agricultura auxilie aos órgãos de classe para fixação de preços justos para os produtos.

**QUANTO AOS INSUMOS**:

- 1 — que a Secretaria da Agricultura fiscalize os adubos quanto à fórmula;
- 2 — que seja colocada em lugar bem visível nas embalagens de adubo, a data de fabricação;
- 3 — que sejam tabelados os preços de todos os produtos considerados como insumos.

**QUANTO À TERRA**:

- 1 — que sejam tomadas medidas urgentes para a distribuição de todas as terras ociosas que escondem o pão que falta a tanta gente no nosso Estado;
- 2 — que seja dado todo incentivo aos trabalhadores rurais sem terra em suas organizações como o MASTRO, SINDI-

CATOS etc.;

- 3 — que sejam estimulados os programas de combate à erosão, através dos programas de micro-bacias e outros.

**QUANTO À ELETRIFICAÇÃO**:

Que sejam eletrificadas todas as comunidades de nossa região que ainda não dispõe de energia através do sistema comunitário: a COPEL doaria o material e a comunidade doaria os postes e o serviço de instalação.

**QUANTO À ASSISTÊNCIA MÉDICA**:

- 1 — que o Estado amplie os serviços dos postos de saúde;
- 2 — que sejam construídos mais postos de saúde no interior dos municípios;
- 3 — que o Estado reivindique junto ao INAMPS um atendimento médico decente para os contribuintes do FUNRURAL.

**QUANTO À ESTRADA**:

Que o Estado assuma o asfaltamento da estrada de Misal até Capanema, passando por Flor da Serra e Jardinópolis, se as "mãos brancas" de Brasília não iniciarem a obra imediatamente.

**QUANTO ÀS COOPERATIVAS**:

- 1 — que seja dado todo estímulo ao cooperativismo, como maneira de trabalho;
- 2 — que seja dado todo apoio, somente às cooperativas que visem beneficiar através de programas concretos, os pequenos e médios produtores;
- 3 — que seja vetado todo apoio às cooperativas que se transformaram em simples empresas concentradoras de bens, construindo obras faraônicas e endividando-se ao máximo, sem trazer maiores benefícios aos associados;
- 4 — que seja criada uma comissão técnica no governo, para apurar o grau de endividamento atual de nossas cooperativas e seja divulgado um relatório a respeito.

Medianeira, 24 de julho de 1983.

(a) DARCI APPIO

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medianeira

Acompanhou este documento 950 assinaturas de agricultores"

Senhor presidente, srs. deputados.

"Num País que agoniza acometido da falência irremediável de uma aventura progressista que não deu certo, falar sobre CRISES ou sobre FORÇAS DE PRODUÇÃO em extinção pela absoluta inocuidade econômica das respectivas atividades, é dispendar tempo sobre o óbvio. Todavia, o PARLAMENTO no sistema de governo que o adota, é a expressão final do complexo existencial da Nação, e por conseguinte, as agonias populares também devem ficar constando no bojo da sua dinâmica para a história, guardando nela a fidelidade mandatária dos que foram eleitos para combater a DESUMANIDADE, A PREPOTÊNCIA, A DESCOMPOSTURA MORAL, A VILEZA DE CONDUTA, O ENGODO, A HIPOCRISIA e A PERVERSÃO DO PODER por parte dos que transformaram o governo desta Nação em simples missão de comandos.

E, como estes componentes negativos de nossa atualidade republicana constituem o alvo deste pronunciamento, preciso repetir as reminiscências "revolucionárias", mesmo que os historiadores que por aqui passarem depois, não consigam entender a nossa estafa por um debate que já dura dezenove anos sem sair do mesmo tema.

Em 1.964, foi deposto o PRESIDENTE DA REPÚBLICA, sob a acusação de estar "levando o País ao caos econômico e ideológico", porque as suas "reformas de base" anunciavam dentre os objetivos de reformulação tributária, de adequação do sistema financeiro, de nacionalização da nossa economia, a REFORMA AGRÁRIA como meta prioritária para a verdadeira arrancada do nosso desenvolvimento. E então, os comandos revolucionários que se instalaram no governo, pretendendo alterar o próprio curso da evolução cultural humana, numa ten-

tativa arrogante, mas pouco racional e nada inteligente de curarem-se da fobia contra o que chamam de "comunismo" que os acomete até hoje, INOVARAM TODAS AS CONQUISTAS DOUTRINÁRIAS que o esforço intelectual do homem nos legou; desde as ciências jurídicas até as ciências econômicas, sociais e políticas tiveram os seus postulados, as suas formulações e as suas terminologias alteradas de acordo com o gosto, os caprichos e os estranhos interesses das oligarquias do poder. E tão profundo foi esse empenho "inovador" do intelecto humano, que nem as autoridades do Fundo Monetário Internacional como maiores "experts" desse tribunal internacional da economia mundial não conseguem entender a "política econômica" do Brasil, não obstante estarem absorvidos já por mais de um ano no PROCESSO FALIMENTAR que ali apresentou o governo brasileiro.

Dai, o "governo revolucionário" implantou o seu plano de "reforma agrária" no sentido inverso de sua órbita, certamente para combater a figura das forças proletárias, criando organismos de reforços reacionários para fortalecer dentro da atividade agrária da Nação as oligarquias do poder. E assim veio o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA que até hoje tem cuidado em expandir a sua área autárquica de empregos, as mordomias que premiam essa área, pois que, a primeira providência do seu presidente quando foi instalada a autarquia, foi comprar um caríssimo jatinho para as suas viagens. Veio também a COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO, outra autarquia não menos rentável para as pessoas da confiança do sistema que dentro dela se acomodaram para desfrutar dos benefícios especiais que só aos senhores do poder são reservados desde então, neste País. Veio também a COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS com um terceiro contingente de empregados bem pagos e de um instrumental operacional não menos pomposo, embora se destinasse em teoria, a cuidar da miséria brasileira. E veio também, o PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA NAÇÃO, escudado num sistema financeiro sem lastro comandado pelo Banco do Brasil, e nos INTERESSES INDUSTRIAIS do imperialismo multinacional que se ocupa da sofisticação das empresas rurais de seus países de origem, para cujos aprimoramentos precisam manter como cabaia de inventos, experimentações científicas e orientações de produção e mercado, os povos do chamado "Terceiro Mundo". Não se levou em nenhum item desse plano agrário as condições reais de NATUREZA-TERRA-HOMEM no Brasil, porque na verdade, movidos pelo ceticismo doentio dos que não acreditam no desenvolvimento que tenha de nascer do LEGADO CULTURAL contido na história do homem sobre a terra, buscaram extrair o "progresso" da dinâmica dura e simples da contemporaneidade internacional. E daí, é lógico que nós não poderíamos ser mais do que uma simples flutuação de produção e mercados na conjuntura econômica dos povos, ou, um fenômeno oscilatório que passou em determinados momentos pelo dinamismo do mundo quando registramos algumas taxas de crescimento.

E esses momentos em que esse torvelinho de imbecilidades alcançou as suas alturas máximas nos gráficos econômicos de um capitalismo já decadente, empolgou tanto essas messiânicas hostes do poder, que elas próprias inventavam estórias as mais absurdas, como a da "peste suína africana", para dizerem, na mais criminosa ação governamental de que se tem registro na história deste País, os nossos rebanhos suínos, com dois objetivos: primeiro, impor a importação de matrizes de "suínos de proveta" inventados na Europa para atender as condições da suinocultura de lá, com cuja importação ocasionavam dois fatores de desestabilização econômica da nossa suinocultura, quais sejam: os custos de produção e o conseqüente endividamento irremediável dos respectivos produtores. Segundo: fortalecer o consumo para as indústrias multinacionais

que se dedicam a esse setor de produção, estimulando assim, o setor financeiro que embora operado internamente, tem o seu lastro em dólar no endividamento externo provindo da captação de recursos monetários no mercado financeiro externo, procedida pelos grupos financiadores, dentre os quais, o Banco do Brasil opera com maior destaque. A partir, pois, da "peste suína africana", a produção suína no Brasil que figurava como reforço da atividade agrícola porque o porco era bicho do barro criado em mangueiras onde os colonos jogavam todo o lixo caseiro e da lavoura, e onde cuja preparação para o mercado não lhes impunha nenhum investimento e nenhum tipo de ocupação exclusiva, passou a ser uma atividade empresarial que excede desde os investimentos do respectivo parque empresarial, até a competência técnica e instrumental do nosso povo, as nossas condições e as nossas próprias necessidades dessa produção.

Dai, o Brasil possui, hoje, uma suinocultura como atividade empresarial definida dentro do setor rural, abandonada à sua própria sorte, como abandonados estão todos os brasileiros que acreditaram nos induzimentos desenvolvimentistas revolucionários. Pois que, como reclamam os suinocultores do Oeste, em carta entregue ao governador José Richa, na cidade de Medianeira, em data de 24 de julho de 1983, e que há pouco lemos:

"O preço de custo de 1 kg de suíno estava no começo do mês de julho em Cr\$ 300,00 (enquanto nessa região) as empresas compradoras "pagavam no máximo Cr\$ 260,00 o kg."

Havendo assim, um prejuízo de quarenta cruzeiros em quilo para os criadores. E, considerando-se que todos os criadores de suínos têm as suas propriedades que ganharam no tempo em que dirigiam a sua produção rural no sistema brasileiro, penhoradas em instituições financeiras, não é preciso noticiar neste pronunciamento, como elucidação do desespero dessa área de atividade nacional, que lá no Oeste do Paraná, já tivemos suicídio de agricultores, motivados pelo enriquecimento rápido com o qual o sistema revolucionário lhes acenou!

Evidente que o governo do Estado lutará pelos suinocultores do Oeste. Mas, as reivindicações que eles fazem, são todas de competência do governo federal, e repousam na conivência dos governadores passados que atuando como PREPOSTOS dos comandos revolucionários não tinham legitimidade para contestá-los, e alguns, sequer a independência moral necessária. Por isso, se aqui bradamos em favor dessa classe de produtores brasileiros, o fazemos com consciência de nossas limitações funcionais, mas, com ânimo pleno de manter posição em favor dessa gente, porque a situação em que os suinocultores se encontram ilustra as inteligências mais tacanhas, a necessidade de mudanças profundas no governo deste País, porque evidencia que todas as crises econômicas que nos assolam em todos os quadrantes de nossas ocupações laboriosas e de produção, têm uma só origem NA CRISE INSTITUCIONAL DA REPÚBLICA. E esta só se resolverá com eleição livre e direta para presidente da República, como aliás, vem sustentando o meu partido. Convocação de uma mensagem nacional constituinte; reforma tributária e a moratória da dívida externa.

E, como não menos drástica é também a situação dos produtores de leite, dos agricultores e das próprias cooperativas, quero apenas condenar o "progresso" que a redentora ofereceu aos agricultores brasileiros, para voltar a abordar o plano de desenvolvimento agrário já referido.

De repente, os nossos agricultores tiveram os seus mangueirões invadidos por "veterinários" escoltados por forças militares e possantes máquinas escavadeiras fornecidas pelos prefeitos do sistema, que chegavam em suas propriedades, com total violação das leis que proíbem a invasão de domicílio e dos próprios preceitos constitucionais que ainda restam amparando a integridade da propriedade privada, e ali, no mais sádico atrevimento contra a vida animal e contra a economia dos nossos agricultores, abriam valas e nelas enterravam ou quei-



mavam VIVOS os suínos que encontravam, oferecendo aos proprietários uma irrisória indenização pelo crime, e impondo a todos, a reconstrução dos rebanhos por matrizes importadas a preço de dólar para ser criado em dólar e vendido em cruzeiro o respectivo rebanho, e conseqüentemente, o penhoramento das propriedades ao Banco do Brasil, para financiamento das acomodações que essa nova espécie demandava.

E então, o nosso agricultor que jamais precisou se preocupar com a prenhez e parição das porcas, teve que construir ao lado da casinha modesta em que vivia, as mansões ocupando uma considerável área construída, dotada de "maternidade" e onde a presença de um médico veterinário é indispensável, para abrigar os "suínos de proveta" que vieram importados. E daí, a vida do agricultor brasileiro entrou em órbita levando-o para um País de utopias progressistas, onde a esposa do agricultor dava a luz atendida por uma parteira, na própria cama do casal, mas onde, as porcas tinham uma maternidade caríssima e a assistência médica para esse momento; onde o agricultor continua tomando o seu banho semanal lá na vertente de água mais próxima, mas os seus suínos dispõem de chuveiros para o seu banho diário; onde o filho da agricultora deve mamar quando ela tiver tempo de lhe dar o peito, mas os leitões devem mamar rigorosamente na hora e esta tem de ser controlada pelo criador; onde a alimentação do agricultor e a sua família pode constar de qualquer coisa que esteja dentro do seu orçamento agrícola, mas, a alimentação dos suínos obedece a uma dieta que não pode ser descumprida, onde a verdura e os caríssimos concentrados vitamínicos produzidos pelas multinacionais não podem faltar um só dia; enfim, nesse País maravilhoso dos suínos, hoje restam os nossos agricultores se suicidando e desesperados porque têm de trabalhar para os suínos NA CONDIÇÃO DE ESCRAVOS DOS PORCOS, porque, perdendo quarenta cruzeiros em quilo entre a produção e mercado, não há outra qualificação para os que se dedicam a essa atividade, pois que, além de trabalharem de graça ainda são remuneradores dos animais, na importância de quarenta cruzeiros dos respectivos quilos que eles atingem no crescimento. Diremos que os suinocultores endoideceram? Em absoluto; pois, se eles não continuarem na atividade, fatalmente perderão as suas propriedades que permanecem penhoradas ao Banco do Brasil, ora para custeio de melhorias habitacionais dos suínos, ora, para custeio da respectiva alimentação nos chiqueirões. Logo, se concluirmos nua e cruamente a situação, os suínos das multinacionais comandam a vida dos agricultores que são a base de todo o nosso poder de existência neste País que em 1964 fez uma "revolução redentora" para "evitar o caos".

No messiânico plano de desenvolvimento agrário do País, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária além das fabulosas frotas de veículos que possui em cada projeto fundiário, em cada escritório, em cada coordenadoria, e do empreguismo que sustenta, a única coisa que fez, foram as desapropriações de terras devidamente tituladas, em várias regiões deste Estado, ocasionando um enorme e desnecessário encargo financeiro para o orçamento da União, visto que nas desapropriações são depositados títulos da dívida agrária do Incra. E estes títulos também vão compor o locupletamento de governo no patrimônio privado dos grupos financeiros que os arrecadam, como está ocorrendo com os títulos depositados nas desapropriações das colônias Tormenta e Cielito, no Oeste do Paraná.

Lógico que num sistema de governo onde tudo tem de ser resolvido por fórmulas econômicas que conciliemos interesses em conflito porque o direito é impraticável a partir da ilegitimidade constitucional do próprio presidente da República, a falência do País era o desfecho natural. Pois, no momento em que a proporção dos conflitos a serem cobertos por soluções econômicas passou a exceder o poder de solvência do governo, toda a economia entrou em colapso; e, os primeiros a sofrerem

os impactos da quebra tinham de ser os que foram produzidos pelo sistema, em cuja área de desventura estão os agricultores e empresários rurais em primeiro plano. Pois, nas origens de produção estão presos ao arcaico sistema financeiro que os espolia; nos desfechos de mercados, estão encerrados pelos entraves que a situação falimentar do País faz surgir no comércio internacional.

Sobre a comissão de financiamento da produção, trago exemplo extraído das minhas atividades de advogado, para mostrar que ela também, à semelhança de tudo o que foi criado e instituído nesta República, nestes 19 anos de ditadura, só fizeram privilegiar as oligarquias do poder. Pois, como o governo mantinha um instrumental parlamentar para isentar tudo o que lhes viesse dos comandos em missão de governo, contra os interesses mais legítimos do País, também mantinha sob desumano engodo, os agricultores, sob os benefícios do Proagro e dos incentivos financeiros fáceis junto ao Banco do Brasil, até que as oligarquias do poder completaram o serviço de entrega da Nação e de nossas principais riquezas aos interesses externos, principalmente do sistema multinacional. E então, uma vez conseguidos os objetivos pelas chamadas "super-potências" que nos exploram, era evidente que imediatamente escasseariam os recursos que financiavam esse processo de entreguismo, e a falência do País viria como arremate da aventura revolucionária. E mais uma vez, a Nação foi deixada no ponto zero de um novo começo; só que desta vez, com a agravante de uma reconstrução para a qual contamos única e exclusivamente com a coragem e a capacidade de trabalho do povo brasileiro.

Fui defensor de vários casos na falência do grupo Ruaro ocorrida no Oeste do Estado, na qual a comissão de financiamento da produção apareceu engrossando também o locupletamento de governo, ao financiar EGFs frios de volumosos valores, nos quais, somente o sr. Serafino Bernardi esteve à beira de ficar na miséria, porquanto, era fiador de mais de 55 milhões de cruzeiros, cuja soma hoje representaria mais de 500 milhões de cruzeiros, de EGFs de soja e arroz que nunca existiram nos depósitos da firma Oleolar de Ceu Azul, que se dedicava à industrialização de soja e comercialização de cereais. No Frigorífico Medianeira, do mesmo grupo, havia EGFs cobrindo estoques de banha que também não existiam, em valores que hoje ultrapassam a 400 milhões de cruzeiros. Locupletamentos estes engendrados pelos próprios organismos de governo, como foi amplamente denunciado à justiça nos respectivos processos e ações cíveis; tudo feito pelo Banco do Brasil como procurador da comissão de financiamento da produção.

Ao lado dos EGFs, apareciam as notas promissórias rurais, instrumento fraudatário dos agricultores, criado ao tempo em que Ney Braga era ministro da Agricultura. E de todas as falcaturas de empobrecimento da nossa agricultura, a par da "peste suína africana", reputo de inteligência mais pífida, a famigerada nota promissória rural. Pois, pelo sistema de pagamento que ela instituiu, no momento em que o agricultor recebia do comprador, o preço da produção vendida, se TORNAVA DEVEDOR DELA ao Banco do Brasil ou dos demais da rede particular que integravam esse tipo de operação. E não foram poucos os agricultores que resultaram cobrindo golpes falimentares, aos bancos, através da nota promissória rural.

Senhor presidente, senhores deputados, vindo de uma região agrícola, nascido em casa de agricultor, não posso silenciar diante da calamidade que assola a agricultura brasileira, mesmo sabendo que esta tribuna não é a instância própria para reivindicar por ela, mas é uma instância augusta para apresentarmos o nosso libelo contra os responsáveis, já que o processo político não deixa mais dúvida sobre os culpados, porque aliás, são confessos e num cinismo revoltante apelam para a compaixão da Nação e para o socorro que lhes salve da reprovação da história. Por isso, nós devemos nos manter de pé, por elei-

ções diretas para presidente da República, por uma Assembléia Nacional Constituinte, pela moratória da dívida externa e uma ampla reforma tributária”.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Com a palavra o sr. deputado Homero Oguido, por dez minutos.

O SR. HOMERO OGUIDO — Sr. presidente, srs. deputados. Solicitamos a cessão do tempo da liderança do partido pela oportunidade do pronunciamento do deputado Fonseca. (Lê):

“Inicialmente quero situar-me como mais um brasileiro, na defesa dos altos interesses nacionais, em qualquer questão que diga respeito ao nosso território ou à nossa economia.

Uma das fronteiras agrícolas desbravada, foi o Norte do Paraná.

O Norte do Paraná foi colonizado por ingleses, desde Londres, com a “PARANÁ PLANTATION”, até ser incorporado ao patrimônio da Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Srs. deputados: sem a experiência inglesa, sem os colonizadores que vieram até aqui, sem a abertura de estradas de ferro e de rodagem, de toda a infra-estrutura e aplicação de recursos que o colonizador trouxe consigo, atingiríamos o milagre agrícola que foi e é o Norte do Paraná?

E, veja-se, naquela época, contávamos como colonos e iniciantes proprietários rurais, os antigos colonos de fazendas de café, principalmente oriundos do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Sem se falar da colonização japonesa que foi a mola propulsora do desenvolvimento agrícola no Norte do Paraná.

Nunca se disse, nunca se comentou desde aquela época, de qualquer outra conotação, senão a abertura de nova fronteira agrícola.

O Norte do Paraná, tornou-se a mais importante produtora das últimas décadas e responsável principal pela exportação de grãos ao exterior.

“No dia 04/08/83, três deputados federais japoneses, dois deles ex-ministros estiveram em Londrina e na região de Alvorada do Sul para examinar sua potencialidade agrícola, como parte de um levantamento preliminar para futura ampliação do crédito japonês destinado ao desenvolvimento da agricultura.

Se o Japão ou outro país qualquer, quer aplicar em agricultura no Brasil, isto, acho eu, é perfeitamente válido, desde que ocupe mão-de-obra nacional, aliada à técnica que deve ser trazida.

O Brasil não possui capital próprio para se desenvolver. Necessita basicamente de capital externo para aplicação de atividades de risco e desenvolvimento ideal.

No Brasil, infelizmente, as empresas estrangeiras apenas trabalham com os produtos finais. Não se desenvolvem atividades de alto investimento e de alto risco, com as atividades agrícolas.

Em recente visita do vice-governador TOSHITAMI KAIHARA da província Hyogo-Japão, Estado co-irmão do Paraná, o governador José Richa manifestou o interesse, por ocasião da inauguração do Centro Tecnológico Brasil-Japão, de que fosse desenvolvido neste centro, a tecnologia concernente à agroindustrial.

Não podemos prescindir da colaboração de outros povos e da aplicação de recursos externos para o nosso desenvolvimento.

Ontem foram os portugueses, meramente extrativistas e que levaram à metrópole toda a produção de açúcar, café e minérios.

Os ingleses, com financiamentos em todos os níveis, desde

o segundo Império até a República, investiram no Brasil e obtiveram as maiores concessões: luz, energia, transportes, etc. (Light, São Paulo Raylway).

Os americanos, os alemães, os franceses, todos eles têm aplicações apreciáveis no desenvolvimento nacional, principalmente na área industrial.

Nós recordamos, através da história, que no final da década de 50, quando a colonização cafeeira do Norte do Paraná atingiu o clímax, com a ocupação do espigão da terra roxa, com o plantio e cultivo do café, abriram-se as terras do Noroeste do Paraná, através de Nova Esperança, Paranavaí, Colorado e posteriormente Goioerê, etc.

A mão-de-obra se escasseava, e levadas e mais levadas de nordestinos “paus de arara” eram conduzidos às frentes de trabalho com o café, e na derrubada da mata. Não conheciam nada, absolutamente nada daquele cultivo, vinham de outra região, com outras experiências em termos de agricultura. Até a sua aclimação em função da alimentação, foi adaptada.

Acostumaram-se, adaptaram-se e, hoje, em grande parte, são proprietários de terras neste prodigioso Norte do Paraná.

Com a mudança da legislação agrária, com o desaparecimento do colonato e a entrada em vigor do Estatuto do Trabalhador Rural, surgiu o bóia-fria, e todas as demais mazelas do campo, como a importação do milho, feijão e arroz, nunca acontecido antes.

O problema da terra não está no seu cultivo, não está na aplicação de tecnologia ou não, porque o brasileiro tem demonstrado inegável capacidade de adaptação às modernas técnicas. Está, principalmente, na implantação de estruturas mais justas e mais humanas.

O que importa é esgotar-se oportunidades, para que o próprio brasileiro tenha condições de comprar terras a níveis mais acessíveis e possa produzir.

Se não tem condições de aquisição, se não tem capacidade para administrar, então que seja implantada uma legislação rural, mais condizente com a realidade do País.

Para a lavoura de caráter permanente - café, cacau, pimenta do reino, etc. - que se permita o regime do colonato, e que o colono seja ligado à Previdência Social como autônomo e não como empregado rural.

Para as lavouras cíclicas ou temporárias, que mediante contrato agrícola seja permitida aos colonos acesso a terras solteiras na propriedade onde trabalha, para que possa cultivar produtos para si e sua família.

Não adianta tratar o operário urbano com idêntico tratamento ao empregado rural. As atividades diferem pelo risco.

No colonato, o colono é sócio no risco com o patrão. Perdida a safra do patrão, o colono pode, e sempre foi assim, plantar lavoura branca para si.

Com a política urbana desenvolvida nos últimos anos, aliada à péssima lei em vigor, muito difícil será o retorno à terra e ao cultivo.

No cabo do guatambu, quase ninguém quer pegar.

No Brasil, terras existem em quantidade, porém, ocupadas, em franca produção, trabalhadas quantas?

A terra existe para nela ser implantada a cultura - a agricultura.

O homem tem fome. Plantemos. A atividade econômica gerará riquezas e estas, emprego e riqueza interna.

No Paraná, com o advento do governo José Richa, será “promovida a colonização de terras devolutas do Estado através de projetos integrados e desenvolvimento de projetos de reassentamento fundiário, propiciando aos pequenos produtores os serviços de assistência técnica, pesquisa, crédito, eletrificação, entre outros, para minimizar o problema dos agricultores sem terra no Estado do Paraná”.

Dentro da prioridade do governo, no sentido de dar apoio aos pequenos e miniprodutores rurais, considero a apicultura

uma das boas opções como alternativa.

A apicultura é um trabalho agradável, nos dá o mel, o pólen, a cera, o própolis (resina), a geléia e a polinização dirigida para a fruticultura especializada. Em muitos países e em alguns estados do Brasil se usa colméias para polinizar as plantações de frutas.

Ao pequeno proprietário é permitido desenvolver esta atividade, pois, basta uma área mínima para a instalação do apiário.

As abelhas buscam o néctar, o pólen, a água e a resina para o sustento da família num raio de mais ou menos 2.000 metros.

Para a prática da apicultura não há necessidade da fertilidade do solo, enfim independe de qualquer condição exigida pelas outras opções agrícolas. É de baixo custo de implantação em relação às outras atividades. Bastando um pouco de cuidado, o apicultor tem condições de obter um dinheiro com as abelhas, mesmo com poucas colméias, alcança um bom resultado econômico ainda no primeiro ano.

Vejamos algumas vantagens da apicultura:

- não há necessidade de extensas áreas;
- não há necessidade de tratores, maquinários e equipamentos;
- a infra-estrutura exigida é mínima;
- pode-se explorar a apicultura em propriedade já implantada com outras culturas sem prejuízos, pois, não oferece concorrência, ao contrário poderá favorecer em casos de café, fruticultura, etc pela polinização, resultando em aumento de produtividade;
- obtém retorno a médio prazo (1 a 2 anos). Em suinocultura, bovinocultura, cafeicultura, fruticultura etc. leva-se de 3 a 5 anos);
- a apicultura não depende de alimentação adquirida fator limitante para outras criações: suinocultura, avicultura, cunicultura, etc., depende do alto custo do milho, ração, medicamentos, além de dedicação diária."

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Gostaríamos de parabenizá-lo pelo brilhante pronunciamento feito nesta tarde, porque nós também somos de origem do Norte do Paraná e Vossa Excelência foi muito feliz na sua explanação, nesta Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado.

O SR. HOMERO OGUIDO — Quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e dizer-lhe que ocupamos o horário da liderança apenas e tão somente talvez para fazer parte integrante do pronunciamento do companheiro Fonseca.

Era só, sr. presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do tempo que lhe resta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — No restante do horário da liderança, usará da palavra o deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, senhoras e srs. deputados. (Lê):

"Durante a recente campanha eleitoral, onde o povo paranaense demonstrou todo o seu repúdio ao governo anterior, votando em massa nos candidatos do PMDB, uma das promessas feitas em palanque pelas lideranças maiores de nosso partido foi investigar e denunciar casos concretos de corrupção. Assim, hoje pela manhã, tivemos a oportunidade de participar de um ato que marca o início do cumprimento desta promessa: a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai averiguar casos de corrupção administrativa cometidos durante os últimos anos.

Não pretendemos, com essa iniciativa, realizar uma verdadeira caça às bruxas, porque esse procedimento não é do feito do nosso partido. Pretendemos sim, cobrar responsabilidades por desmandos administrativos verificados na gestão de pessoas

que se consideraram donas do dinheiro público. Com isso, perderam os escrúpulos e toda a noção da moralidade, provocando a malversação de recursos que estavam à sua disposição.

Não estamos pretendendo colocar na alça de nossa mira todos aqueles que exerceram cargos nos governos Ney Braga, Hosken de Novaes ou quem quer que seja. Não há, na instalação desta CPI, qualquer sentimento de vingança. Como integrantes de um partido democrático e popular, a nossa vingança foi realizada nas urnas, no dia 15 de novembro de 1982. Vamos julgar atos e punir quem efetivamente agiu de forma dolosa. Esses não ficarão impunes. Serão chamados a prestar depoimento perante a Comissão e, confirmada a denúncia que motivou suas convocações, terão a mesma remetida para a Justiça, a fim de que esta, como poder competente, tome as providências devidas, na defesa do dinheiro que pertence a todos os paranaenses.

Apontar aqueles que agiram com má-fé, desviando recursos que deveriam ser aplicados em saúde, educação, transportes ou qualquer outro setor fundamental da vida dos paranaenses, é o nosso dever neste momento. Como detentores de um mandato que nos foi outorgado pelo voto popular, temos a obrigação perante nossos eleitores de investigar atos que tenham sido cometidos contra o bolso público.

Não é este deputado ou a bancada do PMDB que desejam punir os corruptos através da CPI. É, sim, a comunidade paranaense que deseja que estes fatos sejam esclarecidos, com as providências necessárias sendo tomadas pela Justiça. A instalação da comissão é o instrumento legal para apurar as responsabilidades.

Através dela vamos ouvir todos os setores de nossa comunidade envolvidos neste assunto, ao mesmo tempo em que estaremos consultando documentos que, de outra forma, não poderiam ser colocados à nossa disposição. Temos a certeza que, nesta missão, alcançaremos a justiça que o povo paranaense deseja. Para isso, contaremos, com toda a certeza, com o apoio das pessoas honestas deste Estado.

Mas, senhor presidente, senhores deputados, muitas pessoas nos perguntariam neste momento se a corrupção que se registrou durante esses anos não poderia ser punida pelo próprio Poder Executivo. Porque a convivência de autoridades com elementos que estavam desviando recursos públicos para outros fins?

A resposta vem fácil: em primeiro lugar, porque os governos não tinham o apoio popular, não obtiveram a aprovação das urnas, porque sempre foram nomeados e não eleitos. A corrupção é, sem sombra de dúvida, inimiga número um das eleições livres, da manifestação soberana do povo, da saudável alternância de poder. Eleição representa ameaça aos donos do poder e, não podendo ser evitada, deve ser feita de forma a permitir a continuidade do autoritarismo dominante, valendo-se para tanto de qualquer casuísmo.

Em segundo lugar, a corrupção não foi punida porque, a nível de Estado, o situacionismo tinha o exemplo que vinha de cima.

Apontem a nós, nobres deputados do PDS, um caso concreto de um responsável por escândalo a nível de governo federal tenha sido punido e esteja hoje atrás das grades.

Na cadeia! Este era o lugar para os responsáveis pelos escândalos Luftala, Baungartem, Tiepo, Capemi, Delfim, Brastel e tantos outros que estão ainda sendo mantidos em sigilo pelas autoridades. No caso recente do grupo Coroa/Brastel, o envolvimento de pessoas pertencentes ao governo federal foi claro e notório. Há mais de três anos o grupo não tinha condições de continuar operando. Mesmo sabendo isso, o Banco Central continuou a injetar recursos na Coroa, possibilitando que a empresa continuasse a emitir letras "frias", sem lastro, que provocaram prejuízos de bilhões de cruzeiros. No caso Capemi, por outro lado, é claro o envolvimento de militares e de parentes próximos a responsáveis pelo SNI, como denun-

ciou esta semana o jornal "O Estado de São Paulo", em extensa reportagem. Idem para a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten, homem ligado à comunidade de informações e que foi morto há vários meses sem que, até o momento, apareçam os culpados. Há um número infinito de casos de corrupção a nível de governo federal que, com a não punição dos envolvidos, isso, tranqüilamente, serviu de estímulo para que os pequenos corruptos agissem a nível de Estado, sempre acobertados por escândalos maiores.

Se houve corrupção na Capemi, envolvendo gerais de alta patente e ninguém foi punido, porque um simples funcionário do governo não poderia ter aceitado uma gorjeta de um contribuinte em atraso com o recolhimento do ICM, para esquecer a dívida?

O exemplo vem de cima, senhores deputados.

Hoje falar em corrupção é tão comum e rotineiro em nosso País que o crime que ela representa já passa até despercebido, sendo motivo de riso, chacota e brincadeiras de toda a espécie. Basta ligar a televisão, num programa humorístico, para se assistir a piadas sobre a corrupção nos altos escalões do governo federal.

O caso típico é o do ex-governador de São Paulo, hoje deputado federal Paulo Maluf, que por sinal é o candidato à presidência predileto da bancada do PDS. Toda vez que se fala em corrupção, lá está o artista caracterizado de Maluf. E o que se faz com a cena? Nada. Apenas se ri dela. Como se a corrupção fosse motivo de gargalhada. Como se não fosse o nosso dinheiro que está sendo desviado para outras finalidades.

Mas, se um Ernane Galvêas manda mudar a rota de um avião de linha internacional porque não deseja desembarcar no Rio e sim em Brasília, por que um simples funcionário do governo estadual não pode levar uma máquina de escrever da Secretaria para sua casa? Se eles são grandes corruptos, por que eu não posso ser um corruptozinho? Isso é o que eles devem pensar.

A corrupção é, assim, um vício do regime autoritário. É um monstro que devora o dinheiro público, amortece as consciências, humilha o cidadão e desconhece as verdadeiras necessidades do nosso povo.

Por tudo isso, precisa ser punida. Já que não se punem os corruptos de Brasília, vamos punir os corruptos daqui, de Curitiba e do Paraná. Quem sabe se o exemplo a ser dado por nós venha, um dia, a ser seguido pelos homens que estão lá, no governo federal. Pode ser uma utopia, mas será um começo. Vamos dar o nosso exemplo. Vamos punir quem usou o dinheiro do povo para encher o tanque de gasolina do seu carro ou para financiar a campanha política de algum amigo ou parente. Vamos mostrar quem desviou material para distribuição aos pobres, utilizando-o para fazer campanha nas eleições passadas. Vamos provar quem usou verba pública para fretar aviões para viagens internacionais, de caráter particular.

Instalada a CPI da Corrupção, vamos passar a trabalhar com base em mais de 80 denúncias concretas que já nos foram encaminhadas. Vamos pedir, ainda, ao Poder Executivo, que nos encaminhe os resultados de todas as sindicâncias e inquéritos já realizados até o momento, envolvendo órgãos públicos. Numa primeira fase, pretendemos estudar a fundo toda a documentação que chegar em nossas mãos. Já, posteriormente, passaremos à fase dos depoimentos, ouvindo as pessoas envolvidas. Ninguém ficará sem oportunidade de defesa. Não vamos atirar pedras em ninguém. Vamos apenas trabalhar em cima de fatos concretos, comprovados, e com isenção de ânimos.

Para esse trabalho, gostaríamos de contar com a colaboração dos nobres integrantes da bancada do PDS que fazem parte da CPI. Temos a certeza absoluta de que isso deverá ocorrer, uma vez que o partido do governo federal parece não ser hoje mais aquele doce cordeirinho que sempre dizia amém. Te-

mos a certeza, que o PDS não compactuará com os corruptos, procurando obstruir o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão para a qual fomos eleitos presidente."

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Tércio Albuquerque.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência, na manhã de hoje, foi eleito presidente da CPI da Corrupção, com o apoio de ambas as bancadas que constituem aquela CPI. Vossa Excelência sabe que o PDS tem dado apoio à CPI da Corrupção. Vossa Excelência também deverá saber que na qualidade de presidente da CPI, Vossa Excelência é o magistrado. Vossa Excelência hoje já está adiantando o carro adiante dos bois, pois Vossa Excelência nem sabe se houve corrupção. Vossa Excelência sabe que será analisada a corrupção.

Nós queríamos dizer a Vossa Excelência que nós vamos juntar documentos, não só do governo passado. Vossa Excelência sabe que também tem que ser averiguado o caso da Usina Central de Porecatu, que ultimamente tem tirado do Banes-tado, praticamente fortunas, para pagar os seus funcionários e continuam os funcionários sem receber os seus ordenados.

Mas, nós queremos dizer a Vossa Excelência, que o PDS está apoiando os trabalhos da CPI, e a prova inequívoca lhe foi dada hoje de manhã, com o apoio total, para que Vossa Excelência assuma a presidência, e Vossa Excelência terá oportunidade de, no futuro, vir a este plenário, para desta tribuna dizer a verdade, se houve corrupção ou não e trazer os nomes dos corruptos.

É fácil falar em corrupção e não trazer provas.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — A presidência comunica ao orador que está na tribuna que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

**O Sr. Tércio Albuquerque** — Tudo bem, agradeço.

**O SR. RUBENS BUENO** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado Tércio Albuquerque, dizendo que todos os casos que Vossa Excelência citou, como o caso da Usina Central de Porecatu, do Grupo Luftalla será trazido e sem dúvida merecerá toda a atenção dos componentes da bancada do PMDB, e será orientado através dos canais competentes ou seja, o Poder Judiciário. Concedo o aparte ao deputado Fiori Luiz.

**O Sr. Fiori Luiz** — Deputado Rubens Bueno, acho que todos os atos, todos os indícios devem ser apurados em todos os tempos e em todos os governos, inclusive no governo atual, caso exista alguma prova.

Mas o problema é como sensibilizar a comunidade, para este problema tão comum, pois a corrupção é institucionalizada, dá méritos, dá "status"; é um hábito, essa é que é a realidade. Estão aí todos os fatos das financeiras Capemi, BNH, e tal...

É uma realidade deteriorada, mas esta Casa vai se engrandecer ao apurar estes indícios, levantar e colocar na cadeia...

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — Esta presidência comunica ao orador que o minuto concedido a Vossa Excelência, está esgotado.

**O SR. RUBENS BUENO** — Agradeço, sr. presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** — A presidência consulta à liderança do Partido Democrático Social, se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra, o sr. deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Sr. presidente, srs. deputados.

Hoje pela manhã, conforme relatou o eminente vice-lí-

der do PMDB, deputado Rubens Bueno, instalou-se a CPI para analisar eventuais notícias de atos de desonestidade praticados no quadriênio anterior.

É importante que se ressalte desde logo, sr. presidente, srs. deputados, que a convocação dos eminentes deputados, indicados pelas lideranças partidárias para a instalação da CPI, foi palavra de um deputado do PDS, o mais antigo da Comissão, deputado Gabriel Manoel.

É a primeira demonstração que o PDS dá, de que quer contribuir para a apuração das notícias do objeto do requerimento da constituição da CPI. Mais ainda, sr. presidente, srs. deputados, é a primeira vez neste Parlamento, que se institui uma CPI sem uma prova, sem um documento anexo para comprovar as afirmativas feitas.

Entretanto, como o PDS não teme a apuração das denúncias ali formuladas, estamos dispostos a contribuir como bancada e como membros do PDS para análise serena dos fatos ali apontados. Tanto isto é verdade, que os nobres deputados do PDS votaram unanimemente no deputado Rubens Bueno, e no deputado Sabino Campos, respectivamente, para presidência e vice-presidência da CPI, assim como o deputado Gabriel Sampaio foi honrado pela escolha unânime para o cargo de Relator.

Não queremos uma CPI de intimidatória fachada. Queremos, como afirmou o deputado Nestor Baptista, uma afirmação do poder político e do poder fiscalizatório deste Estado.

Não queremos, sr. presidente, srs. deputados, que a CPI se transforme no jogar pedras a autoridades e figuras políticas ilustres desta Nação. Porque esta é uma tática dos não democratas, uma tática daqueles que não são como nós, aceitados ao embate democrático. É procurar sistematicamente, imputar aos políticos como classe, atitudes de desonestidade.

Nós sabemos e a classe política sabe que as grandes corrupções neste País, não foram feitas ou praticadas com a intervenção de quaisquer políticos. Não estamos aqui também, para defender atitudes irregulares praticadas pelo governo federal. As denúncias, muitas das quais nós comungamos, em relação a escândalos da Capemi, da Coroa, da Brastel, todas elas, não foram praticadas com a contribuição de quaisquer políticos do PDS e muito menos, com os políticos do PDS do Paraná, e se nós temos as denúncias de corrupção no governo federal, não será privilégio da bancada do PMDB, cujo governador convive muito bem com as autoridades do governo federal. Nem nós aceitamos o compadrismo exclusivo com homens menos honestos na vida pública, porque o Partido do Movimento Democrático Brasileiro também tem nos seus quadros, homens que diariamente são acusados de corrupção. Se é verdade que nós temos as acusações feitas pelo tradicional jornal "O Estado de São Paulo", contra o ex-governador Paulo Maluf, não é menos verdade que, o não menos responsável e tradicional "Jornal do Brasil" tem denunciado permanentemente, atitudes de corrupção do ex-governador peemedebista, Chagas Freitas!

Não aceitamos portanto, a colocação simplista, daqueles que querem fazer da tribuna da Assembléia, uma vindita contra administrações passadas, de que seja privilégio do nosso partido, ter em seus quadros homens menos honestos, porque este privilégio, o povo do Paraná sabe, é preciso ser repartido, lamentavelmente, com alguns dos componentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro! Tanto isto é verdade, sr. presidente, srs. deputados, que uma das grandes acusações feitas ao governo passado, era a atitude que o partido tomava, no desconto que alguns funcionários públicos faziam, como contribuição partidária. No governo anterior, alguns funcionários públicos ocupantes de cargo em comissão, faziam descontos correspondentes a um por cento de seu salário, para contribuição partidária. Este fato foi denunciado pelo "Estado de São Paulo", pelo eminente deputado Alencar Furtado, na Câmara Federal, entre outros. E agora, sr. presidente, srs. deputados, o que o governo de hoje, oposição de ontem, faz? Queima a língua! O diretor

financeiro e administrativo do DER manda uma carta aos presidentes de órgãos públicos e secretários de Estado, solicitando que aquelas autoridades se dignem a ordenar, que os chefes dos departamentos de pessoal das secretarias de Estado, das fundações, das sociedades de economia Mista, as Para-Estatais, façam um desconto. É o empréstimo compulsório instituído e estatuído pelo governo peemedebista no Estado do Paraná.

Mas ainda, transformam a agência do Banestado, agência Comendador, com a conta número 02123/5, numa verdadeira sucursal da tesouraria do PMDB, para que o Banco do Estado, o banco de todos os paranaenses, passe a usar a sua estrutura, a sua máquina arrecadatória para receber as doações, compulsórias, dos funcionários públicos estaduais.

Vejam, sr. presidente, srs. deputados, que muitas das atitudes tidas como ilegais, como prática de atos de corrupção pelo então partido da oposição, hoje se transformam no ordenamento do diretor-financeiro e administrativo, homem que paga bilhões de cruzeiros aos empreiteiros, para que os funcionários públicos estaduais contribuam com as finanças do partido governista do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao deputado Airton Cordeiro.

**O Sr. Airton Cordeiro** — Deputado Luiz Alberto Oliveira, gostaria de, acompanhando o raciocínio de Vossa Excelência, em primeiro lugar, estabelecer uma distinção entre o que foi a contribuição recolhida dos comissionados dos governos anteriores para o nosso partido e do que é a contribuição hoje, já não mais sugerida ou solicitada, mas efetivamente compulsória, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Enquanto antes, simplesmente se recorria à consciência do ocupante do cargo de provisão em comissão, para que contribuísse com o partido. Hoje, o PMDB de uma forma oficial, expressa, clara e indiscutivelmente, cobra um por cento dos ganhos, dos rendimentos daqueles que ocupam cargo em comissão.

Nós que somos da legislatura anterior, como Vossa Excelência e outros deputados, nos lembramos do verdadeiro escândalo que se fez nesta Casa, quando o MDB antes, hoje PMDB, denunciava essa prática da tribuna desta Casa. Mas na verdade, lembra bem Vossa Excelência, "a língua é o melhor chicote do corpo". E hoje, Vossa Excelência traz a este plenário para conhecimento deste poder e da opinião pública do Paraná, uma atitude que o PMDB, num passado muito recente, condenou com extrema veemência.

E nós aqui estamos para condenar, não a contribuição a um partido, mas para condenar o método pelo qual o PMDB procura extrair dos servidores, esta participação financeira para o seu partido político.

Gostaria, abordando a questão da CPI instalada na manhã de hoje, denunciar a Vossa Excelência, como líder do nosso partido, aos deputados como membros desta Casa, de que na próxima reunião, nós apresentaremos uma proposta à CPI, formalizando sugestão que fizéramos anteriormente da tribuna desta Casa, no sentido de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, tenha caráter permanente e venha a se exaurir tão somente ao final do governo José Richa, porque a moralidade não é bandeira de meia dúzia de pessoas e porque a imoralidade também não é patrimônio de adversários.

Por isso nós estamos aqui, neste momento, reafirmando a nossa intenção, de com o maior zelo possível, administrar o interesse efetivo, real e irrecusável daqueles que se somam neste momento, para tentar restabelecer a credibilidade dos homens públicos deste País.

Muito obrigado, e meus parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Agradeço ao eminente deputado Airton Cordeiro o aparte, que agrego ao meu modesto pronunciamento e concedo o aparte ao deputado

Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre deputado, primeiramente quanto a CPI da corrupção, Vossa Excelência protestou quanto ao fato de não ter sido apresentado nenhum documento. E nós, como autores do requerimento queremos justificar a Casa porque assim não procedemos.

Durante toda a exposição dos fatos e das denúncias, Vossa Excelência não encontrará o nome de uma só pessoa. Tivemos esta preocupação de não destacar o nome de uma só pessoa para não cometermos talvez injustiças, porque a CPI vai ter exatamente a finalidade da investigação. Ora, se nós apresentássemos documentos, nós estaríamos revelando o nome dessas pessoas. Daí a preocupação em apontarmos os fatos e a CPI agora vai requerer oficialmente esses documentos, porque nós não queremos assumir a responsabilidade de acusar alguém, e não temos a intenção de magoar, de ferir e de injustiçar ninguém.

Daí, termos apresentado 80 casos e nem o nome de uma só pessoa, em nenhum documento. Porque se apresentássemos os documentos, infalivelmente estaríamos denunciando à opinião pública o nome de pessoas e não é este o nosso propósito.

Então é este o esclarecimento necessário que se faria.

Peço e rogo aos membros da CPI que tenham este cuidado. Porque assim que os documentos chegarem à CPI, pois ela vai requerer, só surjam na opinião pública, depois, ou quando as investigações começarem a se proceder. Porque nós temos que ter o princípio assentado, de que em princípio todas as pessoas são inocentes. E só depois de efetivamente comprovada é que possam ser execrados perante a opinião pública.

Quanto ao problema da contribuição partidária, efetivamente o PMDB teceu críticas no passado. Mas me parece, que as críticas não eram no sentido da contribuição partidária, porque ela é legal. A lei protege, é um ato legal. Existem leis, inclusive, de que a contribuição partidária pode ser até deduzida do Imposto de Renda a crítica que nós fazíamos é que o desconto vinha, no contra-cheque, tinha até um código especial onde existia só Arena. Esta é que era a crítica. Porque, mesmo que alguém do PMDB quisesse efetuar o desconto, não podia, porque no computador não existia a possibilidade de descontar o PMDB.

Esta foi a crítica que se levantou. Mas não contra a possibilidade de um funcionário efetuar o desconto.

Como agora pode ser de que um determinado funcionário, encarregado de algum setor tenha expedido uma correspondência até em caráter impositivo. Mas não é isto o que está acontecendo. Só farão a contribuição aqueles funcionários que quiserem, porque a contribuição não é impositiva. É uma solicitação do partido e me parece que numa prática democrática é mais do que normal. Tanto, que existe lei que protege isto. E quanto a estar no Banco do Estado, é porque esse é realmente o banco dos paranaenses.

Então não vejo ilegalidade nenhuma e se um determinado funcionário, numa correspondência, tenha dado a entender na redação de que é "impositiva", eu posso assegurar a Vossa Excelência de que não está sendo compulsória a contribuição aos cargos de confiança, mesmo porque nós podemos mostrar a Vossa Excelência o resultado das contribuições, que nem todos os cargos comissionados estão contribuindo ao partido.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte depois, Deputado Luiz Alberto?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria de responder ao deputado Nilso Sguarezi, depois concederei o aparte ao deputado Odeni Mongruel e depois a Vossa Excelência, eminente deputado Gabriel Manoel.

Gostaria de distinguir dois tipos de contribuição: a contribuição espontânea usada no passado, e mesmo assim criticada, e a contribuição compulsória imposta hoje pelo PMDB. Em segundo lugar, gostaria de fazer uma distinção entre a legislação existente no País com relação à contribuição para o fundo do partido. Parece-me que o eminente deputado Nilso Sguarezi incorre em erro ao tentar transpor para o Paraná, para justificar a contribuição compulsória imposto como ato de "império" do governo aos funcionários públicos estaduais, com a legislação federal.

Esta sim que permite a contribuição aos Partidos, aos fundos partidários de uma maneira geral, objetos de cobertura legal, inclusive dedutíveis do imposto de renda. Mas já que vossa excelência citou o imposto de renda, vou dizer-lhe que o seu partido, o tesoureiro do PMDB estadual, ao mesmo tempo ordenador de altas despesas do governo do Estado, na secretaria que tem o maior orçamento estadual, a secretaria dos Transportes, que o tesoureiro do seu partido tem uma fobia de recursos, maior do que o "leão" do imposto de renda, porque vou ler a vossa excelência a autorização que os funcionários assinaram, ordenados pelos chefes de pessoal de todos os órgãos públicos estaduais: fundações, faculdades e universidades estaduais têm que encaminhar ao Banco do Estado do Paraná que vai usar estrutura pessoal, funcionários para servir de apoio logístico e administrativo, à arrecadação de fundos ao partido governista.

Diz a carta, autorização para débito em conta corrente: "sirvo-me da presente para autorizar o Banco do Estado do Paraná S/A a debitar mensalmente em minha conta corrente, de depósitos a partir desta data, o valor equivalente a um por cento dos rendimentos brutos do cargo que exerço a títulos de contribuição para crédito da conta mantida pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, junto à Agência Comendador, conta número 033125/2. Outrossim, havendo reajustes salariais, autorizo que a contribuição seja automaticamente alterada, até atingir o limite de um por cento do meu rendimento bruto."

Após estas palavras, está aqui o nome do funcionário, da secretaria, do cargo e do rendimento bruto. A agência onde o funcionário recebe o seu salário, o símbolo do seu cargo, o órgão a que está vinculado e o número de sua conta bancária.

Mais ainda, eminente deputado, quero congratular-me com o secretário do seu partido. Ele é um homem eficiente. Chega aos requintes de estabelecer em baixo, na carta, as datas dos reajustes e das leis que vão conceder os reajustes aos funcionários públicos estaduais. E vossa excelência há de entender, como esta Casa entenderá, até passo às mãos de vossa excelência, para que possa esclarecer ao funcionalismo público, de que o tesoureiro geral do seu partido, que o diretor administrativo e financeiro, que exerce dois cargos no DR, que não tem autoridade para mandar num secretário; para mandar no presidente do próprio Banco do Estado, para determinar ao sr. chefe da Casa Civil do governo do Estado, que autorize ou que determine a contribuição, o empréstimo compulsório do funcionalismo público ao PMDB.

Diz a carta, cuja cópia está nas minhas mãos e que eu passo com muito prazer a vossa excelência, para que vossa excelência realmente tome as providências, na condição de líder do governo, para que tais atitudes, que comprometem inclusive a hierarquia do funcionalismo público estadual, não sejam remediadas pelos neófitos, em administração pública.

Diz o seguinte a carta, sr. presidente, srs. deputados: "Senhor diretor, vimos pelo presente, solicitar encarecidamente a vossa excelência que se digne ordenar ao Departamento de Pessoal dessa empresa, para que apanhe as assinaturas das pessoas que foram nomeadas, em cargo em comissão ou de confiança, referente à contribuição de um por cento, documento anexo, sobre os seus rendimentos mensais".



Aqui, aqueles funcionários públicos, aqueles que de manhã trabalham em empresas particulares de construção civil, e à tarde dirigem órgãos estaduais, devem ficar preocupados, porque sua excelência o diretor administrativo e financeiro do DR pede, na carta, um por cento sobre os rendimentos e não sobre o salário de funcionários. Então, aquelas pessoas que estão em cargos de confiança do governo, que de manhã trabalham em empresas particulares e à tarde trabalham em órgãos governamentais, devem ficar preocupados, porque a autorização vai incidir sobre um por cento dos rendimentos, não só dos órgãos públicos, mas também dos seus rendimentos particulares. Sua excelência o ex-deputado Darcy Deitos é um fiel seguidor do leão da Receita Federal.

De acordo com decisão tomada pelo Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Paraná.

Tal fato, prende-se à necessidade que tem o diretório regional, de levantar recursos, para manutenção de sua sede, pessoal e serviços".

Chego à conclusão, sr. presidente, srs. deputados, que o ex-senador peemedebista, Leite Chaves, que denunciou pela imprensa, de que funcionários públicos, pagos com recursos do governo do Estado, estavam trabalhando na sede do PMDB, não é verdadeira a afirmação de Sua Excelência...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica-lhe que seu tempo está esgotado, e concede um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... de vez que o Tesoureiro diz que não há recursos para a manutenção do pessoal da sede do PMDB, enquanto o Primeiro Secretário do PMDB, o ex-Senador Francisco Leite Chaves, denunciou publicamente pela imprensa de que os funcionários do PMDB eram pagos pelo governo do Estado.

Era a denúncia que pretendo encaminhar ao líder do PMDB para as providências cabíveis, sr. presidente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do sr. deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, devidamente apoiada. - **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos srs. deputados.**

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/83 (Mensagem número 46/83, ex-proposição número 43/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, em 07 de março de 1.983, através da secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Nordeste do Paraná - Pronoroeste. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/83, (Mensagem número 58/83, ex-proposição número 59/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio número 20/83, celebrado em 11/03/83, entre o Estado do Paraná, através da secretaria dos Transportes e o município de Nova Cantu, objetivando construção do terminal rodoviário do referido município. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 61/83 (Mensagem número 17/83, ex-proposição número 20/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio número 115/82, celebrado em 12/05/82, entre o Estado do Paraná, através da secretaria da Agricultura, Ministério do Interior e a Sudesul, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 62/83, (Mensagem e ex-Proposição número 12/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo Aditivo número 192/82, datado de 29 de novembro de 1.982, celebrado em 01/02/82, entre o Estado do Paraná, através da secretaria dos Transportes e o município de Umuarama, objetivando a execução do Prosafras, no exercício de 1.982. —

**Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/83 (Mensagem e ex-proposição número 02/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos firmados em 26 de agosto de 1.982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, a termos de Cooperação Técnica e Financeira, para execução do Prosafras, no exercício de 1.982. - **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Tercília Lourdes Centofante, ocorrido no Município de Manoel Ribas. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos srs. deputados Nilso Sguarezi, Amélia Hruschka e subscrito por demais srs. deputados, constante do expediente, solicitando sejam as sessões plenárias das sextas-feiras, realizadas após as respectivas sessões ordinárias das quintas-feiras. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao sr. ministro da Indústria e do Comércio, visando o atendimento relativo à dilação dos prazos globais para amortização de débitos originários de recursos do Fundo Geral do Turismo - Fungetur, gerido pela Embratur. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da sra. deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário de Saúde e Bem Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao sr. governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o Município de Rio Negro, fortemente atingido pelas enchentes. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao sr. governador do Estado, encarecendo a liberação de verba, que será destinada à conclusão das obras de construção do Hospital Nossa Senhora das Dores, no Município de Tijucas do Sul. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da segurança Pública, visando a construção de um módulo policial no bairro Jardim Alvorada, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente à sra. secretária da Educação, visando a implantação do ensino de segundo grau, no Município de Roncador. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a doação de uma ambulância com equipamentos adequados para o transporte de pessoas carentes, no Município de Mariluz. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao sr. governador do Estado, visando a isenção no pagamento de taxas ou tarifas pelo fornecimento de água e energia elétrica às entidades que atendem o menor abandonado e a velhice desvalida. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Agente da Comissão de Financiamento da Produção, em Curitiba, no sentido de vender três mil sacas de feijão à Cafe do Paraná, Departamento do Município de Umuarama. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Esta Presidência solicita às Lideranças partidárias, que de acordo com a Resolução aprovada, número 30/83, que cria a Comissão de Direitos Humanos, comissão esta composta de sete membros, a indicação dos respectivos srs. deputados que deverão compô-la.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/83.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 61, 62 e 63/83.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 43, 62 e 91/83.  
Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 486/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

#### RESOLVE:

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1983, dos funcionários abaixo relacionados, todos da Polícia Militar do Paraná, ficando os mesmos designados para prestarem serviços conforme especifica:

LEÔNIDAS RAMOS DA SILVA — Serviço de Segurança  
DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO — Gabinete do  
Deputado Hermas Brandão  
ANTÔNIO BERALDO — Gabinete da 2a. Vice-Presidência  
ANTÔNIO ARLINDO PEREIRA NETO — Departamento  
Administrativo

(Protoc. nº 5738).

PORTARIA Nº 487/83

prorrogar a permanência de CARLOS MELARA FILHO, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, ficando o mesmo designado para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, até 31 de dezembro de 1983. (Protoc. nº 5740).

PORTARIA Nº 488/83

designar os funcionários IBANEZA SANTOS SALLES, JAYRO CAMARGO, IOLANDA GUIMARÃES MELLO DE CASTRO, IGLAIR SMANIOTTO, BOANERGES DE MENEZES CALDAS, ANGELINA GARCIA PACHECO, AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS, NILZA MARIA DE OLIVEIRA BENEVIDES, WILSON PENKA e LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL, para participarem da correção dos fichários da Divisão das Comissões, do Departamento Legislativo.

PORTARIA Nº 489/83

conceder à funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula nº 256, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 11 de julho de 1983.

(Protoc. nº 6461).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de julho de 1983

CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 490/83

I — revogar a Portaria nº 123/83, que designou para prestar serviços como Datilógrafo junto ao Gabinete da 1a. Secretaria, o funcionário ROGÉRIO LUIZ DE OLIVEIRA BOZZA, contratado deste Poder; e,

II — designar o já citado funcionário para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus.

PORTARIA Nº 491/83

I — revogar a Portaria nº 43/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Rubens Bueno, a funcionária MARLI MULLER, contratada deste Poder; e,

II — designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Departamento Legislativo.

PORTARIA Nº 492/83

I — revogar a Portaria nº 722/81, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, o funcionário JOÃO BATISTA FERREIRA DA SILVA, contratado deste Poder; e,  
II — designar o citado funcionário para prestar serviços no Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de julho de 1983

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 493/83

designar TÔTILA GLITZ, funcionário contratado deste Poder, como Médico, para prestar serviços no Serviço Médico, a partir de 15 de junho de 1983.

PORTARIA Nº 494/83

designar ERNST MANN, funcionário contratado deste Poder, como Atendente da Administração, para prestar serviços no Centro de Processamento de Dados, a partir de 15 de julho de 1983.

(Protoc. 6669).

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de julho de 1983

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 495/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta

Assembléia, o período das férias conforme especifica:

AYRTON ALVES ARANHA — Mat. 413 — 2 meses — 1.982

RAFAEL DE LALA SOBRINHO — Mat. 602 — 2 meses — 1.982

LUCIANO ANTONIO BITTENCOURT — 4 meses — 1.981 e 1.982

#### PORTARIA N.º 496/83

conceder ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula n.º 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de julho de 1.983.

(Protoc. 6761).

#### PORTARIA N.º 497/83

marcar para o período de 25 de julho a 24 de agosto do corrente ano as férias concedidas pela Portaria n.º 013/83, à funcionária OLGA MARIA DA ROCHA ATHAYDE CAMARGO, matrícula número 295, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6735).

#### PORTARIA N.º 498/83

designar TUPY BARRETO JÚNIOR, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Anibal Khury, até 31 de dezembro de 1.983.

(Protoc. 6772).

#### PORTARIA N.º 499/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 013/83, à funcionária IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de Secretário de Comissão C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6551).

#### PORTARIA N.º 500/83

conceder ao funcionário CÉSAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, matrícula n.º 594, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15 de julho de 1.983.

(Protoc. 6695).

#### PORTARIA N.º 501/83

designar ADELIA DA CRUZ WALDRIGUES MARQUES, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto à Seção de Telefonia, a partir de 20 de julho de 1.983.

(Protoc. 6751)

#### PORTARIA N.º 502/83

conceder à funcionária IVETE HENEQUEM DRANKA, matrícula n.º 155, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 11 de julho de 1.983.

(Protoc. 6694).

#### PORTARIA N.º 503/83

I — revogar a Portaria n.º 806/81, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário JOSÉ CARLOS ANCIUTTI PESSOA, contratado deste Poder; e,  
II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços junto ao Fórum de Debates.

(Protoc. 6724).

#### PORTARIA N.º 504/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula n.º 595, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 07 de novembro de 1974 e 07 de setembro de 1979, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1.978, contadas em dobro.

(Protoc. 5427).

#### PORTARIA N.º 505/83

conceder ao funcionário GIOACHINO SUGAMOSTO, matrícula n.º 549, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.982, a partir de 15 de agosto de 1.983.

(Protoc. 6721).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de julho de 1.983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral